

## **PARECER JURIDICO**

### **RELATÓRIO**

**PLO: 009/2023**

Refere-se ao Parecer Jurídico com o objetivo de verificar a legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei Ordinária 009/2023, dispõe sobre a contratação por tempo determinado pra atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do Art. 37, inciso IX da Constituição Federal, tendo e vista que regulamenta o regime especial de direito administrativo e outras providencias.

### **MERITO**

Importante destacar que o projeto em destaque respeita os requisitos formais previsto em lei vigente.

Desse modo, é permitido a propositura da matéria do PLO, uma vez que a norma legal é adequada para tratar a temática.

Ademais, o Projeto de Lei está em conformidade com as normas vigentes e com a Constituição Federal de 1988.

Desse modo, no que se refere a constitucionalidade, não se pode afirmar que a nova norma fira a Lei Maior.

### **CONCLUSÃO**

Sendo assim, percebe-se que o Projeto de Lei sob análise está em conformidade com a Constituição Federal e com a lei vigente que trata do tema.

Dessa forma, não a impedimento jurídico para a tramitação do referido Projeto de Lei.

É O PARECER.

Araci-Bahia, 23 de maio de 2023

  
**DANTE VINICIUS SANTOS ARAUJO**

**OAB/BA 45.605**